CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE: 1854/83

INTERESSADO: INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SOROCABANA
DE ENSINO.

ASSUNTO : CONSULTA SOBRE AS ALTERAÇÕES DA DELIBERAÇÃO CEE
29/82.

RELATORA : CONS^o MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR

PARECER CEE: 292/84 - CEEG- APROVADO EM: 08/05/84

1 - HISTÓRICO E APRECIÇÃO:

O Instituto de Educação da Organização Sorocabana do Ensino, em expediente encaminhado à Presidência deste Conselho, solicitado, seja revista a Deliberação 29/82 no que diz respeito à carga horária mínima fixada para a Parte Comum, no caso de habilitações profissionais em níveis de técnico e de auxiliar. Para tanto apresenta argumentos de ordem legal, de mérito e de conveniência.

No que concerne a competência deste Conselho para fixação das referidas normas para o sistema de ensino do Estado de São Paulo, a questão foi apreciada pelo Parecer CEE 1113/83, oriundo da Comissão de Legislação e Normas, aprovado na sessão plenária de 27/07/83. No mérito, a Indicação nº 13/83 confirmou a posição deste Colegiado relativamente ao contido na Del.CEE 29/82.

Resta, pois, o exame da conveniência e da oportunidade da adoção imediata de tais diretrizes, no caso do Instituto de Educação da Organização Sorocabana de Ensino, tendo em vista, que o mesmo, autorizado por este Conselho, vem desenvolvendo interessante experiência pedagógica, desde 1973.

O Parecer 1637/75, da lavra, do nobre Conselheiro José Augusto Dias, autorizou, em caráter temporário, o Instituto de Educação da Organização Sorocabana de Ensino a aceitar, no regime de matrícula por disciplina, que seus alunos das habilitações de 2º grau correspondentes a três séries anuais planejem seus estudos de forma a poderem concluí-los em quatro semestres no mínimo e dez semestres no máximo, e os do quatro séries anuais em seis semestres no mínimo e doze semestres no máximo", fixando números máximo e mínimo do créditos por semestres e determinando fosse respeitado o relacionamento, a ordenação e a sequência dos estudos.

Estabeleceu, ainda, o supracitado Parecer, que a Secretaria do Estado da Educação, por seus órgãos próprios, acompanharia o processo, encaminhando anualmente a este Conselho relató-

rio dos resultados alcançados.

Em 1977, o CEE apreciou um primeiro Relatório dos resultados alcançados mediante a adoção do regime de matrícula por disciplina. O Parecer CEE 1124/77, que analisou o mencionado relatório foi favorável à continuidade da experiência. Observa a propósito o Relator Cons^o José Augusto Lias: "O estabelecimento demonstra excepcional capacidade de organização, de forma a "bem aproveitar a oportunidade que lhe foi proporcionada por este Conselho. A matrícula por disciplina vem sendo aplicada com critério e eficiência. A experiência que vem sendo acumulada pela Organização Sorocabana de Ensino servirá certamente de orientação para outras escolas e poderá propiciar subsídios para a regulamentação do assunto".

Manifesta, contudo, o Relator, suas dúvidas quanto à propriedade da oferta de disciplinas em regime intensivo. Solicita, pois, que "em expediente à parte, a escola justifique a medida, tanto do ponto do vista pedagógico, quanto do ponto do vista regimental".

As informações relativas ao assunto, apresentadas pelo estabelecimento de ensino foram analisadas no Parecer nº 456/78, que considerou "plenamente atendida a exigência do Parecer 1124/77".

Um mês após a apresentação do proposta de reformulação da Deliberação 29/82, volta a Instituição a este Colegiado para requerer na hipótese de não reformulação da mencionada Deliberação, autorização, em caráter excepcional, para manter os currículos de suas diversas habilitações, sem quaisquer alterações, tendo em vista, a continuidade da experiência pedagógica.

Não foram encaminhados a este Conselho, a partir de 1977, novos Relatórios sobre a experiência em curso. Por outro lado, as informações e análises disponíveis referem-se especificamente a eficácia do regime de matrícula por disciplina em seus aspectos formais e pedagógicos e em sua capacidade de atendimento às aspirações e características da clientela. A duração mínima dos currículos propostos para as habilitações profissionais bem como a distribuição da carga horária pelas categorias curriculares não foi questionada tendo em vista seu ajustamento às diretrizes legais então vigentes. Impõe-se, portanto, a elaboração de relatório que não apenas ofereça informações necessárias à avaliação da experiência em curso em seus aspectos formais e pedagógicos, mas que contemple explicitamente a questão dos mínimos curriculares, em termos

de estrutura e carga horária, bem como a sistemática de composição do currículo do estudos de cada aluno, em face do disposto na Del.CEE 29/82 o na Indicação CEE 13/83.

2. CONCLUSÃO:

A Organização Sorocabana de Ensino deverá apresentar no prazo de 90 dias, relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas no regime de matrícula por disciplina, contemplando especificamente as questões referidas neste Parecer. O Relatório em pauta deverá ser encaminhado por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, devendo ser devidamente apreciado por seus órgãos próprios. Até ulterior pronunciamento deste Conselho Estadual de Educação, a Instituição poderá manter os currículos em vigor para as habilitações que vem oferecendo.

CESG, aos 15 de fevereiro de 1984

a) CONSº MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR

3 - DECISÃO DA CÂMARA:

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o VOTO do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Aroldo Borges Diniz, Pe. Lionel Corbeil, Maria Aparecida Tâmaso Garcia e Maria de Lourdes Mariotto Haidar.

Sala das Sessões, aos 13 de fevereiro de 1984

a) CONSº Pe. LIONEL CORBEIL

- Presidente -

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 08 de março de 1.984.

a) CONSº CÉLIO BENEVIDES DE CARVALHO

PRESIDENTE